

12

COMPROMISSOS PARA A RECONSTRUÇÃO DE NOVO HAMBURGO



COLIGAÇÃO
JUNTOS
POR NOVO HAMBURGO



UNIÃO
BRASIL **44**

COMPROMISSO COM O FUTURO

A Coligação JUNTOS POR NOVO HAMBURGO, composta pelo PDT – Partido Democrático Trabalhista, UB – União Brasil, PSB – Partido Socialista Brasileiro, **apresenta ao povo de Novo Hamburgo as candidaturas de Tarcisio Zimmermann para prefeito e Ademir Zang para vice-prefeito, juntamente com o presente Plano de Governo que expressa os compromissos que assumimos junto à comunidade.**

Esse Plano está fundamentado em várias contribuições, a saber: os princípios dos partidos integrantes da coligação, o balanço que fazemos sobre os desafios estratégicos da próxima gestão do município, as contribuições recebidas através da plataforma falecomtarcisio@gmail.com.br, bem como subsídios colhidos nas inúmeras reuniões e debates realizados no âmbito da nossa pré-campanha com a comunidade e com entidades do nosso município.

Nesta introdução, pensamos ser fundamental registrar nossa profunda preocupação frente à realidade atual do nosso município. A degradação dos serviços de Saúde, Educação, Assistência Social, Infraestrutura Urbana e à ausência de políticas voltadas para os setores mais desprotegidos da cidade, soma-se o crescente e gravíssimo endividamento do Município, a perda de inúmeras empresas que não encontraram eco para as suas necessidades junto ao Governo Municipal e um progressivo empobrecimento do município, fruto da perda de dinamismo da nossa economia, também com graves reflexos sobre as contas públicas.

A reversão dessa realidade exigirá, de parte do governo oriundo das eleições de 2024, clareza de rumos, método e disposição total para o trabalho, capacidade de gestão e de mobilização dos servidores, controle absoluto sobre as disponibilidades e despesas do município, abertura permanente para o diálogo com o conjunto da comunidade e articulação de todas as organizações dispostas a contribuir para a superação dos imensos desafios do município.

Por outro lado, essa coligação quer reafirmar a convicção de que o sentido mais generoso da política e da gestão pública exige daqueles, a quem foi confiada essa missão pelo voto popular, o dever de honrar todos os dias a confiança da população e a coragem de assumir sua responsabilidade em construir um presente e um futuro melhores para nosso povo. Esse dever exige ações orientadas por uma visão que ultrapassa a curta cronologia de quatro anos e que veja em cada ato de governo esse sentido de compromisso para com o agora e para com o futuro.

Assim, apresentamos a nossa comunidade os 12 pontos do nosso Plano de governo, a partir do qual cada cidadã e cidadão de Novo Hamburgo estará plenamente autorizado a cobrar sua efetivação caso venhamos a alcançar nosso objetivo de vencer a eleição e de liderar o governo de nossa cidade pelos próximos quatro anos.

Agradecemos a todas e todos que, até o momento, colaboraram com suas sugestões expressas nesse Plano. Nos colocamos à disposição para esclarecer dúvidas e incorporar sugestões que enriqueçam o nosso compromisso de bem servir o povo de Novo Hamburgo.

1 GOVERNO DE TRABALHO, COOPERAÇÃO, COMPETÊNCIA TÉCNICA E DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Os imensos desafios colocados para o próximo governo do município exigirão um conjunto de medidas políticas e administrativas que permitam maior eficiência, qualidade e produtividade em todas as áreas.

Assim, será fundamental um governo com um corpo de gestores que sejam exemplo de dedicação, acessíveis ao povo e que tenham um pleno domínio sobre o marco normativo e as exigências da política pública sob sua responsabilidade, assegurando “entregas” efetivas e de qualidade à população.

Nosso governo estimulará a presença e a participação da comunidade no processo de gestão do município, inclusive para que a administração pública possa incorporar as melhores experiências oriundas dos centros de estudo e da gestão privada.

Todas as áreas do governo adotarão instrumentos que permitam o controle rigoroso sobre as demandas da população. Os tempos para resposta a essas demandas terão parâmetros de urgência para aquelas que representem mais riscos ou sofrimento do público demandante e tempos razoáveis e pactuados, no âmbito do governo, para as demandas mais cotidianas.

Por outro lado, o governo será orientado para um tratamento respeitoso e responsável a toda a população e ao seu acesso, em tempo ágil e sem procrastinações, aos diferentes níveis administrativos e de decisão.

Os projetos e demandas voltadas ao desenvolvimento e geração de empregos no município

terão acompanhamento personalizado, de forma que seja assegurada a celeridade de sua tramitação em todas as instâncias do governo.

De forma especial, o governo deverá estabelecer uma relação muito proativa e sem qualquer “travo” ideológico com a Câmara de Vereadores, com as demais instâncias federativas e de articulação intermunicipais, com os organismos do Poder Judiciário, com os Conselhos de Políticas Públicas, com as entidades representativas de trabalhadores e empresários, com as ONGs que prestam serviços à comunidade, com os clubes de serviços, bem como com as instituições de ensino, de forma que os saberes gerados sejam ser incorporados no cotidiano do governo.

2 OS RECURSOS PÚBLICOS SÃO DO POVO E SERÃO APLICADOS DE MANEIRA CRITERIOSA, ÉTICA, TRANSPARENTE E SEM DESVIOS

Novo Hamburgo, infelizmente, vem empobrecendo progressivamente, já há muitos anos, processo que se acelerou recentemente. Já fomos o 5º município do estado, medido pelo PIB, e hoje somos 10º.

Abaixo, destacamos dois dados muito eloquentes que demonstram esse empobrecimento:

Entre os anos de 2010 e 2022, o PIB do estado do Rio Grande do Sul cresceu 114,7%. Já o do nosso município cresceu apenas 74,7%, o que o situa como o município com menor crescimento na região;

Entre os anos de 2009 a 2024, Novo Hamburgo teve uma perda de 24,3% no Índice de Participação dos Municípios, utilizado para a partilha do ICMS. Essa retração representa uma perda de mais de R\$ 40 milhões em receitas relativas ao retorno do ICMS em 2024.

Fruto da perda de renda e de dinamismo da nossa economia, a situação financeira do município também se deteriora de maneira muito grave. O crescente desequilíbrio financeiro do município fica visível na tabela abaixo, que mostra o crescimento importante dos restos a pagar sem cobertura financeira ao final de cada exercício

EXERCÍCIO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	INSUFICIÊNCIA SOBRE RCL %	DÍVIDA LIQUIDA CONSOLIDADA
2008	289.682.387,61	44.489.158,03*	15,4%	14.759.848,44
2009	326.865.704,91	13.798.303,93	4,2%	11.389.715,76
2010	391.471.445,20	10.399.491,87	2,7%	0
2011	449.966.928,68	8.974.335,49	2,0%	0
2012	485.885.971,32	21.649.359,91	4,5%	0
2013	562.284.134,52	12.329.421,32	2,2%	0
2014	630.284.609,07	11.753.838,28	1,9%	0
2015	642.139.227,11	34.491.007,13	5,4%	0
2016	706.739.990,55	32.744.385,39	4,6%	0
2017	703.221.163,32	37.958.566,78	5,4%	0
2018	775.222.833,04	80.545.947,76	10,4%	287.277.327,40
2019	829.729.258,18	79.956.805,78 ²	9,64%	360.152.313,02
2020***	928.195.223,77	42.211.926,05 ²	4,55%	394.718.082,75
2021***	1.077.942.119,97	37.026.470,41 ²	3,43%	366.483.326,41
2022***	1.132.957.538,90	77.141.922,61	6,81%	351.998.742,56
2023***	1.446.637.469,83	95.273.675,41 ²	6,59%	700.203.376,93

*Computados relatório TCE + LM 2082/2009 + Auditoria HMun.

**Inclui os R\$ 21,5 milhões não recolhidos ao IPASEM

*** Fonte TCE/RS : <https://tcers.tc.br/certidoes/>

² - Adicionado valor de parcelamento de fornecedores

A redução da renda da população, naturalmente, provoca uma demanda maior por serviços públicos de Saúde, Educação, Segurança, Assistência Social, Habitação e tantos outros. Já um município com menos receita e menos recursos, tem cada vez menos capacidade de oferecer os serviços na medida das necessidades da população. E, por outro lado, um município em que os restos a pagar sem cobertura financeira são crescentes, também enfrenta um endividamento crescente que tende a conduzir para o colapso.

Essa é uma realidade que precisa ser conhecida pela população e, ao mesmo tempo, exige medidas corajosas que possam nos conduzir para um progressivo equilíbrio das contas públicas, essencial para uma sustentável melhoria do conjunto das políticas sociais e para a recuperação da capacidade de investimento do município.

COMO MEDIDAS CONCRETAS NESSA DIREÇÃO, APONTAMOS:

- O aprimoramento dos instrumentos de transparência e participação social, de maneira que a comunidade possa acompanhar a implementação do Plano de governo, o orçamento municipal e os investimentos públicos;
- Criação de um Núcleo de Inteligência Fiscal, com o objetivo de incorporar no cotidiano do município as mais modernas tecnologias de gestão de dados, de forma a aprimorar a revisão dos processos internos com foco na eficiência, bem como os de fiscalização e cobrança. Também buscaremos melhorar a relação com os cidadãos com novas possibilidades de serviços via web;
- Criação de um Núcleo de Qualidade do Gasto com ferramentas que permitam acompanhar on-line os agregados da despesa e a evolução do gasto público. Esse núcleo deverá revisar, em cada área, os gastos correntes e sugerir medidas que possam otimizá-lo de forma a assegurar mais entregas à população e, ao mesmo tempo, sua redução;
- Mobilização permanente dos servidores em cada área para a busca da otimização do uso dos recursos públicos, medição de resultados e compartilhamento destes com os servidores;
- Ampliação dos esforços para captação de recursos junto aos governos Estadual e Federal. Entre tais esforços destacamos, em especial, a necessidade de uma profunda repactuação das responsabilidades sobre o financiamento da saúde pública, onde Estado e União tem estado cada vez menos presentes, o que acarreta enorme peso para as finanças do município.

Com a implantação das novas ferramentas de gestão e o acompanhamento por parte do cidadão, o resultado será um efetivo controle do gasto público, que será materializado ano a ano em um orçamento responsável, em que os recursos arrecadados, sempre mais escassos do que as necessidades, serão canalizados para atender aqueles que mais precisam.

No entanto, também são necessárias medidas de impacto que reduzam os gastos correntes. Assim, como medida transitória, nosso governo implementará o contingenciamento de 35% dos cargos de confiança em todos os níveis. Os recursos provenientes dessa medida serão alocados para a redução da fila de exames especializados na Saúde.

3 CRESCIMENTO ECONÔMICO PARA A CIDADE E DESENVOLVIMENTO PARA AS PESSOAS, COM ÊNFASE NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Os dados apresentados no tópico acima, relacionado às finanças do município, são eloquentes para comprovar a falta de dinamismo da economia local e seu impacto sobre a renda da população. Adicionalmente ainda podemos acrescentar que, enquanto em São Leopoldo o salário médio recebido pelos trabalhadores empregados é de 3,2 salários mínimos, em nossa cidade é de apenas 2,4 salários mínimos.

No entanto, uma observação puramente empírica da realidade da economia local, parece mostrar uma recente aceleração da perda de dinamismo das atividades econômicas. Exemplo disso são a recente perda de inúmeras empresas importantes para municípios vizinhos, o extraordinário número de imóveis comerciais anunciados para locação e o visível esvaziamento econômico do comércio no centro da cidade.

Quais seriam as razões dessa aceleração da perda de dinamismo da economia do município? Empresários industriais afirmam que não encontram canais de diálogo sobre suas necessidades para expansão ou modernização; lojistas acusam a alta do IPTU e a fuga de clientes dos bairros e de outras cidades por conta do Rotativo Digital.

Sem dúvida são fatores importantes e que precisam ser considerados e enfrentados. No entanto, é preciso lembrar que nossa cidade não foi capaz de recompor sua potência produtiva após o encerramento do ciclo das grandes empresas de calçados. Temos, sim, um setor industrial diversificado e que ainda gera muitos empregos. No entanto, nossa cidade conta com raros exem-

plos de indústrias que tiveram condições de ingressar no que chamamos de 4ª revolução industrial, ou seja, em significativos processos de automação industrial, utilizando tecnologias como a inteligência artificial, a informática, a robótica ou outras. Assim, nossas indústrias tem patamares de produtividade e resultados financeiros menores, oferecendo poucas oportunidades para jovens de alta formação, o que os afasta da cidade.

E esse é um tema de mais alta gravidade: a perda da força de trabalho jovem e dos melhores cérebros acelera a transição demográfica da população, fazendo com que o percentual da população já não mais em idade ativa do município seja maior que a média do estado.

Para enfrentar essa realidade, o tema do desenvolvimento econômico do município precisa ser colocado no centro das preocupações do governo, isto é, precisa estar lado a lado de políticas públicas voltadas para os cidadãos.

COMO MEDIDAS IMEDIATAS PRECONIZAMOS:

- Um esforço concentrado para evitar novas perdas de empresas;
- Um processo de diálogo de alto nível com os agentes econômicos do município, visando a superação de obstáculos burocráticos ou operacionais de responsabilidade do município ao bom desempenho de suas atividades;
- Uma política ativa de apoio às micro e pequenas empresas do município, inclusive pela alavancagem de Planos de microcrédito e de acesso ao mercado;
- Uma política ativa de estímulo aos jovens empreendedores, sobretudo àqueles focados em produtos de alta tecnologia;
- A construção de um amplo Pacto envolvendo nossa Universidade e outros centros educacionais, as entidades empresariais e de trabalhadores e o poder público, em torno de uma estratégia para o desenvolvimento do município fundada na sustentabilidade ambiental e social. Neste contexto, poderão ser retomadas propostas como a FENAC do Futuro com foco no Turismo de Negócios e o Centro de Inovação e Tecnologia, concebido como Distrito Industrial Tecnológico com uma vocação claramente definida dentro da estratégia de desenvolvimento.

Esse Pacto, será levado aos governos estadual e nacional de forma a assegurar o suporte necessário ao seu desenvolvimento.

Finalmente, é preciso lembrar que cabe, exclusivamente ao povo e às organizações do município, a construção de condições para a superação da perda do dinamismo da nossa economia, ou dito de outra forma, se nós não o fizermos, ninguém o fará e, assim, nosso município seguirá nessa marcha de empobrecimento.

4 EDUCAR PARA A PLENITUDE DA VIDA

A Educação é, com certeza, um dos maiores desafios dos tempos atuais. Se é verdade que ela abre as portas para o futuro, também é verdade que nossas escolas têm enormes dificuldades para acolher, compreender e, assim, respeitar as dinâmicas das crianças, adolescentes, jovens e adultos do nosso tempo - assim como para oferecer práticas pedagógicas e recursos adequados para a tão desejada educação de qualidade.

Um diagnóstico, ainda que restrito, da realidade da educação oferecida pelo município, apresenta desafios muito complexos a serem enfrentados. Entre eles, listamos:

1 - O distanciamento e a falta de empatia entre a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e as escolas. Em diálogo com educadores, transparece que o órgão responsável por coordenar e orientar a educação no município é visto como distante da realidade concreta das escolas, como pouco acessível às suas necessidades cotidianas, como impositivo, burocrático e autoritário, chegando ao cúmulo de desautorizar dirigentes das escolas frente aos pais. Além disso, não há o pleno respeito ao direito à crítica e à divergência, essenciais numa relação construtiva.

Consequentemente, não há um verdadeiro processo sinérgico entre a SMED e as escolas. A troca de saberes e experiências acaba se limitando diante dessa relação.

Portanto, recompor essa relação é essencial para que a Educação possa avançar nos patamares de qualidade necessários;

2 - As famílias estão cada vez mais ausentes no esforço pela Educação. A participação dos pais ou responsáveis nas atividades escolares e no acompanhamento cotidiano das exigências do processo de aprendizagem é fundamental para que possamos avançar com firmeza na qualidade da Educação.

Infelizmente, o que se constata nas escolas do município são crianças e adolescentes desmotivados porque se ressentem pela falta de valorização da escola pelos pais, atrasos nos horários de ingresso na escola, intimidação de professores, pela não realização dos temas escolares... Tudo isso é resultado dessa ausência, que impacta diretamente a aprendizagem do aluno;

3 - A constante falta de professores nas escolas originada, entre outros motivos, por questões remuneratórias e dispositivos do Plano de Carreira. A falta de concursos públicos mais frequentes gera um desequilíbrio nos quadros de professores das escolas. A grande rotatividade de profissionais e a dificuldade de manter o quadro completo ao longo do ano letivo exige o reinício dos trabalhos constantemente, com grandes prejuízos pedagógicos.

4 - As deficiências estruturais da nossa rede de ensino, marcada por prédios desgastados e terrenos que não permitem expansão, sobretudo das Escolas Municipais de Educação Básica (EMEB) o que dificulta sobremaneira a implantação dos turnos integrais em mais escolas. Além disso, temos a inadequação dos prédios de EMEB para um trabalho adequado das turmas de Educação Infantil;

5 - As novas tecnologias, com frequência, são implementadas de forma inadequada e excessiva, dialogando pouco com o potencial que poderiam proporcionar ao processo de aprendizagem. Em um uso sem intencionalidade pedagógica, a tecnologia contribui para as dificuldades de atenção e concentração de crianças e jovens de todas as idades;

6 - A falta de vagas em tempo integral nas escolas de Educação Infantil e a insuficiente oferta de vagas mais próximas aos locais de moradia dificulta a rotina dos pais trabalhadores. Além disso, temos a falta de investimento na ampliação de vagas para os anos finais do ensino fundamental, com a interrupção do atendimento no 6º ou 7º ano. Vale destacar que apenas duas das 52 escolas de Educação Básica oferecem vagas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e oito escolas oferecem do 4º ao 9º ano. Assim, temos uma realidade em que somente em dez escolas do município são oferecidas oportunidades para a conclusão do ensino fundamental, obrigatório de acordo com a legislação do país. Mesmo que as escolas estaduais acolham os anos finais, elas estão localizadas longe das periferias, o que implica dificuldades e impossibilidade para muitas crianças;

7 - A Educação de Jovens e Adultos apresenta um crescente cenário de diminuição das matrículas e queda nos investimentos na modalidade. Porém, ainda temos uma parcela de adultos analfabetos ou que não concluíram o ensino fundamental. Hoje, o município oferta a modalidade em cinco escolas da rede;

8 - O enorme desafio para o acolhimento, atenção e integração das crianças e adolescentes oriundos de lares em vulnerabilidade social ou com dificuldades de aprendizado, ou, ainda, para aqueles com necessidades especiais. Como nossa escola responde ao imenso desafio do crescente número de crianças e adolescentes com espectro autista? Seremos capazes de produzir uma integração positiva e construtiva entre a Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura e Esportes, tão fundamentais para apoiar os processos de aprendizagem?

9 - As crescentes dificuldades na consolidação dos processos de alfabetização em tempo certo (preferencialmente no 2º ano) dificultam o acesso aos currículos subsequentes. A falta de um quadro completo e estável e de propostas que possibilitem o gerenciamento de carga horária para ações que visem a superação das defasagens diante dos processos de alfabetização e letramento, inviabilizam o atendimento às demandas existentes no campo da alfabetização.

São todas questões de alta complexidade e sem soluções fáceis. Mas o próprio diagnóstico também é passo para sua superação, desde que haja profunda consciência, capacidade de diálogo e vontade política dos gestores, muito empenho para aproximar as famílias das escolas, muito esforço para apropriação e implementação das melhores contribuições para a qualidade do ensino, disposição para um diálogo franco por parte do governo com a representação das professoras e professores sobre as necessidades e possibilidades materiais para a adequação do Plano de Carreira e a busca de mais investimentos para a melhoria dos espaços físicos das escolas.

Para uma relação verdadeiramente construtiva entre a SMED e as escolas, trabalharemos com uma perspectiva de que esta deve, sim, ter um papel dirigente mas exercido com diálogo pleno, com o exercício do mais absoluto direito de divergir e opinar sem que isso acarrete em retaliações e com um sentido efetivo de cooperação para com as necessidades das escolas.

A perspectiva de uma educação para a plenitude da vida requer um esforço especial para que a escola incorpore os valores e saberes fundamentais para o pleno desenvolvimento dos indivíduos, com destaque especial para os valores da vida em comunidade - da solidariedade, do respeito ao outro, da convivência fraterna entre os diferentes - e do nosso compromisso com a preservação do planeta, da saúde, da cultura, dos esportes tudo somados aos demais saberes curriculares.

A PARTIR DO DIAGNÓSTICO E ENTENDIMENTO SOBRE O DESAFIO DA EDUCAÇÃO, NOSSO GOVERNO TRABALHARÁ PARA COM PRIORIDADE NO QUE SEGUE:

- Construir uma metodologia de gestão democrática, participativa, integrada, entre a Secretaria Municipal de Educação e as escolas e seu quadro de professores, tendo o permanente diálogo com a categoria como um dos elementos basilares em um processo de construção da educação;
- Buscar maior participação das famílias na vida escolar de seus filhos, na gestão e acompanhamento das ações das escolas através da implantação do Conselho Escolar, conforme Lei Federal;
- Realizar, em diálogo com a categoria do magistério, a revisão dos dispositivos mais contestados do Plano de Carreira e promover uma avaliação criteriosa da questão remuneratória, observada a capacidade financeira do município;
- Manter o Quadro das Escolas completo com a realização periódica de concurso público e chamada imediata dos candidatos aprovados no concurso vigente para que possam ser supridas as vagas com profissionais plenamente capacitados;
- Realizar Edital de Contrato Emergencial para suprir as vagas, conforme Lei Municipal, de professores que estejam em Licença Saúde e Licença Gestante ou Laudo restritivo de suas atribuições;
- Mobilizar recursos para a reforma, ampliação e adequação de prédios nas escolas já existentes, principalmente, as que ainda não foram contempladas em suas necessidades;
- Refletir e avaliar com o quadro profissional, com as famílias e os estudantes a forma mais eficiente, equilibrada e pedagógica de utilização das tecnologias digitais e informação;
- Ampliar as ações de oferta de Literatura Infantil e Juvenil e direcionar esforços para implantar bibliotecas públicas em escolas pólo;
- Implantar 20 novas escolas de Educação Integral dentro do Plano do Governo Federal;
- Implementar uma educação de qualidade que proporcione o desenvolvimento das crianças, adolescentes e adultos em todas as dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural através do ensino integral;
- Ampliar a oferta de vagas integrais nas Escolas de Educação Infantil - 0 a 3 anos (Creche), implementando uma política que assegure prioridade de acesso a mães com trabalho externo e às famílias com menos recursos;
- Buscar a alfabetização no tempo certo, aperfeiçoando práticas junto com os professores em cada contexto escolar e possibilitar condições para aqueles que não concluíram o processo possam fazê-lo depois. No mesmo sentido, realizar um acompanhamento criterioso dos alunos com dificuldade de aprendizagem, assegurando seu atendimento prioritário em salas de aprendizagem e em serviços de saúde e assistência social, quando necessários;
- Ampliar a oferta da merenda escolar, buscando o mais correto e saudável equilíbrio alimentar, inclusive através da ampliação das compras diretas junto à Agricultura Familiar;
- Fortalecer as ações de Educação Ambiental em todas as escolas, visando o enfrentamento das emergências climáticas, em parceria com a comunidade e instituições não governamentais, cooperativas de reciclagem e hortas comunitárias;
- Investir na Educação de Jovens e Adultos do município, através da pactuação com o Plano do Governo Federal, ampliando as matrículas da EJA e buscando o diálogo sobre o currículo com a comunidade escolar, com o objetivo de integrar a modalidade ofertada à educação profissional.

5

SAÚDE DE QUALIDADE, MAIS ACESSÍVEL E QUE PRATIQUE O AFETO, A EMPATIA E OS DIREITOS DA POPULAÇÃO

Graças aos enormes investimentos captados e realizados a partir de 2009, podemos dizer que hoje nosso município tem um sistema de saúde robusto, qualificado e capaz de atender muito melhor o nosso povo. Nossas unidades de saúde têm prédios de qualidade e bem distribuídos no município. As regiões mais carentes tem cobertura da Estratégia de Saúde da Família. Temos duas UPAs situadas em regiões de fácil acesso, além disso temos um hospital público que recebeu grandes investimentos e que tem qualidade reconhecida.

No entanto, nosso povo ainda sofre por conta das filas nas madrugadas nas unidades de saúde, nas longas esperas nas UPAs, no demorado acesso aos exames mais complexos e aos especialistas bem como das cirurgias eletivas e, mais recentemente, pela inaceitável e dramática perda do tratamento oncológico no município.

No entanto, temos a convicção de que é possível eliminar as filas nas unidades de saúde. Para tanto, reformularemos, em diálogo com os trabalhadores da saúde, os protocolos de atuação na Estratégia de Saúde da Família, tanto na atuação dos Agentes de Saúde da Família quanto no acolhimento e atendimento nas Unidades de Saúde de forma que, todas as pessoas que estiverem em situação de sofrimento ou risco, sejam atendidas nas Unidades de Saúde, independente do horário em que chegarem. Por outro lado, a redução geral dos tempos de espera para especialidades e cirurgias eletivas serão objetos de atenção permanente, inclusive com a realização de mutirões.

Além disso, implementaremos em mais unida-

des de saúde os grupos de combate ao tabagismo, hoje implementado apenas na UBS Santo Afonso. Esses grupos realizam o acompanhamento no processo de abandono no hábito de fumar, inclusive com o fornecimento gratuito de medicação adequada para tal. Sabemos que o tabaco está associado diretamente a doenças cardiovasculares, doenças pulmonares e ao risco de doenças cancerígenas.

Assumimos também o compromisso de lutar de todas as formas para trazer para mais próximo da população o tratamento oncológico, com prioridade para que esse atendimento volte a ser prestado no próprio município.

Sabemos que tal objetivo exigirá complexas e difíceis negociações - primeiro no âmbito do Estado e, após, no âmbito Federal. Mas não descansaremos até reverter o quadro de dor e angústia a que hoje estão expostos os pacientes oncológicos e seus familiares.

Sabemos também que não há prestação de serviços de saúde humanizados, acolhedores, afetuoso, sem as trabalhadoras e trabalhadores da saúde, desde os trabalhadores administrativos até os médicos. E aí, se coloca uma pergunta muito importante: quem e como cuidar de quem cuida?

A criação da Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo foi um passo importante para garantir um quadro estável e qualificado para o atendimento à população. Porém, agora é necessário dar um passo adiante. As trabalhadoras e trabalhadores da saúde têm direito a um Plano de Carreira. Tem também direito a que sejam

aprimorados os processos de gestão e de atenção e cuidados para suas necessidades físicas e psicológicas. Esses também serão compromissos que assumimos.

É necessária maior participação da comunidade na construção de estratégias mais eficientes de prestação dos serviços de saúde e na educação para a saúde. Dentro desse objetivo, faremos esforços para retomar os Conselhos Locais de Saúde.

Finalmente, é importante que nosso sistema de saúde também incorpore terapias complementares que reduzam a necessidade da utilização de fármacos industrializados e acelerem a redução das dores das pessoas. Assim, colocamos como um dos objetivos a criação de um centro de terapias complementares e sua introdução progressiva nas unidades de saúde localizadas nos bairros.

6

MAIOR INTEGRAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PARA MAIOR TRANQUILIDADE À POPULAÇÃO

A integração das forças de segurança através do Gabinete de Gestão Integrada, reunindo Brigada Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Polícia Federal, Rodoviária Federal e Instituto de Perícias foi um passo muito importante para unir os esforços da União, do Estado e do Município no combate à violência e à criminalidade e pelo desenvolvimento de uma cultura de paz.

Por outro lado, a recente retomada do CONSEPRO em nossa cidade, pode agregar a força da sociedade civil organizada a essa integração, dando ainda maior vitalidade e conformidade às necessidades da segurança para a população.

Cabe um registro especial à importância da Guarda Municipal dentro do contexto da segurança pública em nosso município. A GM já é a corporação com o maior efetivo voltado à segurança pública e sua valorização e fortalecimento, através da capacitação e equipamentos adequados, devem ser objetivos permanentes do governo.

Graças a esforços que vem de muitos anos, hoje o município conta com um sistema de videomonitoramento bastante abrangente e importante para desestimular ações criminosas. Portanto, vamos ampliar ainda mais a cobertura, incorporando as mais modernas tecnologias disponíveis.

Por outro lado, também ampliaremos a oferta da arte, da cultura e dos esportes e do lazer junto às comunidades, como instrumentos de promoção da cultura da paz e de prevenção ao crime.

A segurança em Lomba Grande também deverá receber uma abordagem especial sob a liderança do município. Implementaremos um reforço

da presença da Guarda Municipal e, ao mesmo tempo, através da articulação do Gabinete de Gestão Integrada do Município, teremos uma maior atenção para a presença da Brigada Militar e da Polícia Civil na região, bem como reforçaremos a vigilância através das Câmeras.

O Poder Público Municipal também não pode se omitir frente ao grave quadro de violência enfrentado pelas mulheres. Neste sentido, é fundamental uma parceria ativa com a Delegacia da Mulher de forma que as mulheres vítimas de violência tenham um atendimento humanizado e acolhedor naquele órgão.

Portanto, nosso governo também retomará a experiência vitoriosa do Centro Viva Mulher, oferecendo atenção integral às mulheres vítimas de violência.

Outra área que deverá merecer atenção é a Defesa Civil do município. As sucessivas ocorrências de fenômenos climáticos que culminaram com a recente inundação de milhares de moradias no município exigem maior interação com sistemas de monitoramento e alerta de desastres naturais dos governos federal e estadual.

Sendo assim, trabalharemos na construção de um robusto Plano de Ação da Defesa Civil que compreenda as ações integradas com voluntários previamente identificados da sociedade civil e com os diferentes órgãos do município e das demais esferas federativas na prevenção, alerta, remoção, abrigamento e retorno aos lares das populações atingidas de forma a minorar as perdas e sofrimento.

7

VALORIZAR OS SERVIDORES E FACILITAR O ACESSO DOS CIDADÃOS AOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

Nós acreditamos na importância dos servidores públicos. Sem eles não há saúde, educação, segurança, assistência social e tantos outros serviços prestados pelo Município.

Por isso, teremos o compromisso de uma relação respeitosa com os servidores, com o estímulo a sua realização pessoal e profissional na nobre missão de servir à cidadania, com o diálogo cotidiano e com mesas de negociações regulares com os representantes das categorias, com o combate a qualquer forma de discriminação e assédio, seja por motivos políticos, pessoais ou qualquer outro.

Vamos nos empenhar novamente no fortalecimento do IPASEM e na construção de políticas que assegurem sua plena viabilidade e sustentabilidade. Para tanto, envidaremos o máximo de esforços para honrar os repasses mensais devidos pelo Município.

Novo Hamburgo tem todas as condições para incorporar o conceito e as tecnologias para sua inclusão no seletivo grupo das “Cidades Inteligentes”, graças a projetos já executados como a Rede de Fibra Ótica e o RELUZ, que padronizou todo o sistema de iluminação pública da cidade.

Aproveitando essa infraestrutura, implantaremos, progressivamente, um sistema de iluminação pública com lâmpadas LED, acoplando à rede os equipamentos para telegestão da cidade. Assim, poderemos otimizar um conjunto de ações do município e, ainda, beneficiar a população com melhor iluminação, mais segurança, mais lazer, menores impactos ambientais e sinal público de Wi-Fi.

8

PLANO DIRETOR, TRANSPORTE PÚBLICO, MORADIA POPULAR E MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO

Nosso governo criará um Grupo de Trabalho, composto por servidores e representantes da sociedade civil, para a construção de um Plano Diretor que efetivamente contemple as melhores expectativas de todos os atores urbanos e permita um desenvolvimento mais harmônico da cidade. A partir das contribuições desse GT, será elaborado o Projeto de Lei do novo Plano Diretor a ser enviado à Câmara de Vereadores.

No transporte público, vamos trabalhar duro para reverter o caos gerado pela irresponsabilidade e omissão do governo atual. Teremos rigor absoluto na fiscalização sobre a empresa que hoje presta serviços, sem qualquer tolerância quanto ao não cumprimento das tabelas de horários bem como da qualidade do serviço.

Ao mesmo tempo, retomaremos estudos realizados no governo dos anos 2009-2012, que serão adequados à realidade atual, para a formulação de uma política de transporte público sustentável, acessível e de qualidade e consideraremos, inclusive, a possibilidade jurídica de realizar nova licitação do transporte coletivo no município.

Na habitação popular, daremos total prioridade para assegurar a construção de moradias para as famílias removidas pela urbanização das Vilas Palmeira e Kipling que estão a mais de 10 anos aguardando solução. Ao mesmo tempo, retomaremos os esforços para captar recursos junto ao Governo Federal no âmbito do Minha Casa Minha Vida, de forma a promover maior acesso à moradia para as famílias em situação de vulnerabilidade.

Também priorizaremos a regularização fundiária das mais de cem áreas de ocupação consolidada. O poder público será parceiro integral dos esforços para titular os proprietários de fato e garantir a segurança das famílias.

Por outro lado, todos reconhecemos a precariedade do nosso sistema viário, sobretudo a má qualidade da cobertura asfáltica, inclusive em vias essenciais para o fluxo urbano. Dada a situação crítica das finanças municipais, teremos também uma atenção muito especial para a captação de recursos que serão aplicados criteriosamente, considerado o maior retorno para a população.

9

CUIDAR DAS PESSOAS, DOS ANIMAIS, DA NATUREZA E DO FUTURO DA HUMANIDADE

A humanidade clama por maior responsabilidade ambiental. A destruição acelerada de biomas, o uso extensivo dos recursos naturais que não são infinitos e os níveis absurdos de poluição ambiental já estão cobrando preços muito elevados. O aquecimento global, a perda continuada de condições de habitabilidade em vastas áreas do planeta, a escassez de água que, segundo a ONU, já afeta mais de dois bilhões de pessoas, e, paradoxalmente, a ocorrência cada vez mais frequente de enchentes e inundações, que ameaçam sobretudo a população mais pobre, e os continuados alertas de especialistas sobre os riscos de não retorno a um ambiente equilibrado são questões que não podem mais ser ignoradas.

Portanto, a urgência da questão ambiental exige a tomada de posição do conjunto da sociedade e, sobretudo, dos governos, a quem cabe o dever do pioneirismo e do exemplo. Por isso, trabalharemos para tornar a responsabilidade com a preservação da natureza uma política transversal ao conjunto das ações do governo e centro das estratégias que organizam as políticas governamentais.

Nosso governo trabalhará intensamente no esforço de gestar, em nível municipal, elementos que contribuam com o que podemos chamar de uma transição ecológica para a nova sociedade do século XXI. Trata-se de um imenso desafio que exigirá, ao lado do governo, o envolvimento dos setores produtivos, da educação, da saúde, da cultura e do conjunto da população. Para tanto, trabalharemos na perspectiva de uma economia mais limpa e radicalmente compromete-

da com as melhores práticas ambientais, de uma filosofia de consumo ambientalmente responsável, no estímulo à produção orgânica local, inclusive através da agricultura urbana.

Nesta perspectiva, fortaleceremos Lomba Grande como espaço privilegiado para o estímulo à produção orgânica e de plantas comestíveis não tradicionais que cada vez têm mais espaço em largas parcelas da população; à educação agroecológica, à produção de alimentos naturais, de ervas e plantas para a saúde, ao turismo ecológico e a uma relação mais holística entre o homem e a natureza.

Trata-se, como visto, de um imenso desafio para o qual também será importante o fortalecimento do órgão de gestão da política ambiental do município que, além das suas funções de fiscalização e normatização, também deverá ter capacidade de contribuir no processo de educação para esse esforço de transição ecológica.

O compromisso ambiental também exige esforços para uma ativa política de saneamento básico que envolva o conjunto de suas dimensões: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas.

Ações nesse sentido vem sendo desenvolvidas há muitos anos, mas o verdadeiro salto deu-se no período 2009-2015, quando a COMUSA captou junto ao Governo Federal R\$ 175 milhões destinados à universalização no fornecimento de água e à implantação do sistema de esgotos.

Portanto, nosso governo tomará medidas para a rápida conclusão das obras a serem feitas com esses recursos, além de prospectar recursos que permitam o acesso pleno da população aos serviços de saneamento básico.

Na limpeza urbana e no manejo de resíduos sólidos, nosso governo ampliará o apoio ao Plano CATAVIDA para que possa constituir-se no grande Plano Municipal de Coleta Seletiva e Geração de Renda para os catadores. Da mesma forma, dentro do projeto de Agricultura Urbana, estimularemos a implantação de unidades de

compostagem junto às hortas comunitárias, com o objetivo de reduzir a produção de resíduos descartados, além de fortalecer a produção da compostagem junto à Central de Triagem da Roselândia.

Um destaque especial será conferido à preparação do município para a convivência com as mudanças climáticas. Para tanto, buscaremos subsídios e conhecimentos junto às universidades bem como experiências internacionais e nacionais de outros municípios.

A PARTIR DO COMPROMISSO COM ESSA PREPARAÇÃO, DAREMOS PRIORIDADE PARA:

- A rápida execução das obras necessárias para a reconstrução, o fortalecimento e a elevação do dique do Rio dos Sinos;
- A conclusão das obras de prevenção de cheias no Arroio Pampa;
- O mapeamento preciso das áreas de risco do município e planejamento de ações necessárias à redução dos impactos frente a emergências ambientais;
- Reforço na busca de recursos para obras de macrodrenagem;
- Manutenção permanente dos equipamentos e instalações – entre os quais estão a Casa de Bombas e diques – voltadas a proteger a comunidade de alagamentos;
- O fortalecimento da Defesa Civil e a elaboração de Planos de Ação precisos e detalhados frente às emergências ambientais, prevenindo danos diretos ou indiretos à saúde e prejuízos econômicos e sociais às famílias, às empresas e ao patrimônio público.
- Tais planos deverão contemplar as ações do próprio município, ações de preparação da comunidade, de cadastramento prévio e mobilização de voluntários para remoção de pessoas e bens, mapeamento de abrigos e depósitos, ações de segurança, ações para o retorno das pessoas e a busca de auxílio junto aos órgãos governamentais;
- A revisão das normas para edificações, com destaque para a sua capacidade de acumular águas das chuvas;
- O reforço da fiscalização ambiental e uma política mais ativa, visando oferecer alternativas para o depósito de resíduos e inservíveis pela comunidade e o combate aos depósitos irregulares;
- O reforço da educação ambiental nas escolas;

Nosso governo assume o compromisso de avançar na política de defesa dos direitos dos animais. Trata-se de um tema que tem atenção crescente na sociedade dados os seus impactos na saúde, no meio ambiente e nos valores que precisam orientar a relação dos seres humanos com os demais seres do planeta. Esse tema está presente inclusive em nossa Constituição que, no artigo 225, inciso VII, determina: “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. Assim, nosso Plano de Governo contempla a criação de uma Coordenadoria e de um Conselho de Defesa dos Direitos dos Animais, que deverão formular e executar uma política pública de proteção aos animais, com medidas que contemplem a saúde, o controle sobre a natalidade, as responsabilidades governamentais e dos tutores e as relações do governo com ONGs, organismos e grupos cuidadores.

10

ATENÇÃO HUMANIZADA, ACOLHEDORA E QUE PROMOVA A PLENA INSERÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS EM VULNERABILIDADE

Infelizmente ainda convivemos com uma realidade de pobreza extrema ou de penúria e falta de perspectivas para famílias ou indivíduos. Por conta disso, temos uma desagregação social e familiar crescente, com riscos a crianças e adolescentes, um número cada vez maior de indivíduos morando nas ruas e de pedintes em nossa cidade.

Além dos fatores de ordem econômica, a demanda sobre os serviços de proteção, assistência e desenvolvimento social cresce por outros fatores. Questões de saúde, sobretudo os múltiplos fatores de deficiências e necessidades especiais, que atingem um número crescente de pessoas, também contribuem para o aumento dessa demanda.

Esse quadro é agravado em nossa cidade pelo desmantelamento das políticas antes desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), onde se repete, como em outras áreas, a realidade da falta de domínio sobre as diretrizes e políticas da área por quem a deveria liderar. Uras fechados, CRAS sem recursos para o atendimento da população necessitada e todos os atendimentos de maior complexidade novamente concentrados na sede da Secretaria. A inexistência do Serviço de Atenção à População em Situação de Rua mostra esse desmantelamento. A isso, se soma o desrespeito com que são tratadas as entidades que prestam serviços a grupos específicos como a APAE, a LEME, a ADEVIS, a ADEFI, AFAD 21 que não tem suas necessidades acolhidas pela Secretaria e ainda sofrem permanentes atrasos na transferência dos escassos recursos repassados pelo Município.

Nosso governo tem o compromisso de retomar com integralidade o preconizado pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Teremos, à frente do órgão executor dessa política, profissionais realmente capacitados e com a prática de valores, como diálogo e solidariedade, comprometidos a buscar a redução do sofrimento e a reinserção social plena da população atendida.

Retomaremos, portanto, a descentralização dos serviços de maior complexidade, a reabertura dos URAS, o fortalecimento dos CRAS, a retomada plena dos serviços voltados à população em situação de rua e uma relação de respeito e diálogo com as entidades que prestam serviços na área.

Voltaremos com os Planos descontinuados, sobretudo na busca ativa de famílias com direito ao Bolsa Família, a produção da Fábrica da Cidadania, os Brechós Educativos e a Assistência Alimentar Assistida para as famílias em situação de vulnerabilidade.

11

CULTURA PARA A PROMOÇÃO DA VIDA, DA CONVIVÊNCIA E DA PAZ, COM VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CULTURAL LOCAL

O acesso à cultura é essencial para a construção de um ambiente social mais voltado à convivência, aos atos de solidariedade e de respeito às identidades e diferenças. Num outro sentido, a cultura é também uma ferramenta importante de geração de trabalho e renda.

No período 2009-2012, em que governamos o município, tivemos um conjunto de ações importantes que ampliaram o acesso à cultura, a promoção da produção cultural e a geração de renda. Como exemplos, citamos o “Natal dos Sinos”, o projeto “Todos ao Teatro”, o Carnaval, a Feira do Livro, a “Hamburgerberg Fest”, o “Festival Nossa Música”, as celebrações tradicionalistas, a aquisição da Casa Pastoral em Lomba Grande – Casa da Lomba, que se transformou em espaço de aprendizado e cultura. Priorizamos também a recuperação de prédios históricos e o apoio às diferentes manifestações artísticas locais.

A aprovação das Leis “Aldir Blanc” (2020), “Paulo Gustavo” (2022), a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura de 2023 e a nova Lei Rouanet de 2024 ofereceram e oferecem possibilidades muito mais amplas de projetar o acesso e o fomento aos bens culturais.

Portanto, vamos potencializar o alcance social de tais recursos, através de um intenso diálogo com o Conselho Municipal de Cultura e de uma política de valorização efetiva dos produtores culturais locais nos eventos patrocinados pelo Município.

Em Lomba Grande, nossa atenção será voltada à retomada da Casa da Lomba como um Centro

Multicultural, ponto de convergência da vitalidade cultural da comunidade.

Estimularemos a articulação entre a Cultura e a Educação, através da rede escolar, e desenvolveremos ações e Planos para consolidar os espaços públicos do município como áreas de lazer e cultura.

12

NOVO HAMBURGO DEVE SER UM ESPAÇO SEM PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES, ONDE A VIDA POSSA SER USUFRUÍDA EM TODA A SUA PLENITUDE

Nós não podemos nos reder à mentira, às 'fake news', ao ódio, à violência (seja ela qual for), ao racismo, à homofobia, ao machismo ou a quaisquer das formas de intolerância. Respeitar uns aos outros, ter empatia e sororidade devem ser marcas de seres humanos com dignidade e grandeza.

Por isso, nosso governo dará plena efetividade às políticas públicas voltadas à população negra, às mulheres, à juventude, aos idosos, às

pessoas com deficiência e a indivíduos com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero usadas pelos membros da comunidade LGBTQIAPN+. As coordenadorias de Políticas Públicas serão ocupadas por pessoas que tenham militância e representatividade nas respectivas áreas, de forma a assegurar capacidade de diálogo, de coesão social e de avanços reais nessas áreas.

POR OUTRO LADO, EM NOSSO PLANO DE GOVERNO, ASSUMIMOS OS COMPROMISSOS ABAIXO:

- Pelo menos 30% dos cargos de primeiro escalão e de todos os demais espaços de livre nomeação ou de estruturas de chefia ou coordenação do município serão ocupados por mulheres, sendo nossa meta, atingir os 50%;
- A população negra terá garantido espaço de ocupação nos cargos de livre nomeação e de chefia e coordenação na mesma proporção de sua participação na população do município;
- 30% dos cargos de livre provimento serão ocupados por pessoas com menos de 35 anos, de forma a proporcionar oportunidades para a juventude.
- Não haverá qualquer discriminação por raça, religião ou opção sexual na ocupação de cargos de livre provimento ou de chefias.
- Debateremos com a comunidade e com os setores LGBTQIAPN+ a criação da Coordenadoria da Livre Orientação Sexual.
- Será implementado um rigoroso esforço no sentido de prevenir situações de assédio de qualquer natureza no ambiente de trabalho dos servidores públicos.
- Para que seja possível um avanço efetivo nas políticas de Direitos Humanos, incluindo a fiscalização pela comunidade do cumprimento das medidas acima, encaminharemos a criação do Conselho Municipal dos Direitos Humanos, composto por representantes da comunidade e do Governo.

COLIGAÇÃO
JUNTOS
POR NOVO HAMBURGO

